

Acordos na Constituinte

O líder do PMDB, Nélson Jobim, confidenciou ao líder do governo, Carlos Sant'Anna, que também é favorável à supressão de vários pontos polêmicos do texto da Constituição. Sant'Anna ressaltou que ainda não houve acordo de lideranças partidárias sobre esses pontos, mas como tanto o PMDB quanto o governo conseguem o apoio da maioria de suas bancadas, e esse número é suficiente para aprovar qualquer emenda supressiva, certamente eles deixarão de constar da nova Constituição, se Jobim conseguir o apoio do PMDB.

Segunda Sant'Anna, o líder do PMDB ao responder uma consulta do PFL, a respeito dos 45 pontos que gostaria de ver alterados no projeto, incluiu outras 16 propostas que considera importante serem suprimidas. Jobim respondeu negativamente a 27 emendas, concordou com 20 e admitiu examinar 12 itens. O líder do governo citou algumas emendas com as quais Nélson Jobim teria concordado em ver suprimidas: a anistia aos microempresários e pequenos

produtores rurais e àqueles que têm algum débito com a Receita Federal; o tabelamento dos juros; e o artigo que permite ao servidor escolher sob qual legislação se aposentar, a atual ou a que existia quando ingressou na carreira. Já a questão da jornada máxima de seis horas de trabalho, que o governo quer retirar, é decisão do PMDB apenas concordar com a supressão da palavra "máxima".

Carlos Sant'Anna insistiu também na necessidade de os partidos estarem ao lado do governo na supressão de dois artigos que transferem recursos orçamentários do PIS e do Finsocial para a Seguridade Social. Pelas contas do governo, de acordo com os números apresentados por Sarney em seu pronunciamento, o PIS perderá cerca de 60% de seus recursos e o Finsocial cerca de 80%: "Há um aporte fortíssimo de recursos para a Seguridade Social, mas que são retirados de programas tradicionais da área social", queixava-se o líder governista.